



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social

Sub-Eixo: Ênfase em Questão Urbana

URBANIZAÇÃO/ TERRITORIALIZAÇÃO DAS CIDADES, POBREZA URBANA E DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL

Geizyelle Magna Alves dos Santos Vieira¹

Resumo: O presente estudo caracteriza o processo de urbanização a partir da industrialização, com ênfase para o surgimento da pobreza urbana nos grandes centros industriais. Descreve a crise estrutural do capital como responsável pela redistribuição geográfica da indústria mundial, alterando a estrutura da produção e do emprego e, por consequência, provocando a desindustrialização da economia brasileira.

Palavras-chave: urbanização – industrialização – pobreza urbana – desindustrialização.

Abstract: The present study characterizes the process of urbanization from industrialization, with emphasis on the emergence of urban poverty in large industrial centers. It describes the structural crisis of capital as responsible for the geographical redistribution of world industry, changing the structure of production and employment and, consequently, causing the deindustrialization of the Brazilian economy.

Keywords: urbanization - industrialization - urban poverty – deindustrialization.

Para entender o processo de urbanização das cidades, faz-se necessário considerar os elementos históricos que contribuiram para a sua efetivação. Friederich Engels, em sua obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (2008), contempla, com clareza, importantes elementos que permitem a compreensão desse processo.

Vale destacar que, de acordo com Engels (2008), a história da classe operária na Inglaterra inicia-se na segunda metade do século XX, com a invenção da máquina a vapor e das máquinas de processamento de algodão. A produção, no período que antecede a essa invenção, ficava a cargo da fiação e da tecelagem, onde famílias tecelãs que moravam em campos vizinhos às cidades conseguiam sobreviver perfeitamente com sua produção interna.

O caráter moral e intelectual dessas famílias, de acordo com Engels, era o da gente do campo, a qual interligava-se a partir de seus pequenos arrendamentos. Assim, viviam exclusivamente para seus interesses privados e ignoravam qualquer movimento que pudesse sacudir a humanidade, pois estavam conformados com sua forma de existência.

Somente com a revolução industrial e introdução das máquinas, que despojou o ganha-pão dessas famílias obrigando-as a procurar trabalho na cidade, é que essa condição de comodismo mudou. Para Engels,

¹ Profissional de Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas, E-mail: geizy_mgn@hotmail.com.

De fato, não eram verdadeiramente seres humanos: eram máquinas de trabalho a serviço dos poucos aristocratas que até então haviam dirigido a história; a revolução industrial apenas levou tudo isso às suas consequências extremas, completando a transformação dos trabalhadores em puras e simples máquinas e arrancando-lhes das mãos os últimos restos de atividade autônoma - mas, precisamente por isso, incitando-os a pensar e a exigir uma condição humana (2008, p. 47).

Vê-se, pois, que o processo de instauração do urbano sob a ótica capitalista foi permeado por uma série de contradições que deram condições produtivas para que as cidades se organizassem e se aglomerassem. Esse processo foi responsável pelas mudanças ocorridas nos domínios que dão sustentação à produção e reprodução da vida humana.

Fernandes (2004), por sua vez, traz uma abordagem sobre o crescimento acelerado das cidades, reconhecendo a necessidade de se ter um olhar metropolitano em torno dos problemas mais comuns que ocorrem nas regiões metropolitanas, as quais, de acordo com o autor, caracterizam-se pela “conurbação de vários municípios, que acaba gerando a necessidade de buscar soluções conjuntas para problemas de interesse comum (p.35)”.

Fernandes atenta, ainda, para a importância de se buscar soluções conjuntas para os problemas que ocorrem dentro de uma determinada região, desde que todos tomem conhecimento sobre o processo de metropolização a partir de uma visão metropolitana sobre as áreas de saúde, habitação, segurança etc.

Nakano (2004) trata do processo de territorialização das metrópoles brasileiras, destacando os processos sociais desenvolvidos por sujeitos inseridos nos âmbitos políticos, econômicos e culturais, onde há a interação de diversos atores e grupos de interesses. O autor destaca, ainda, que os processos sociais, políticos, econômicos e culturais produzem localizações a partir de investimentos públicos, privados, bem como trabalhos coletivos e individuais. Para ele, “essas localizações não são neutras, estão impregnadas de sociabilidades, de relações de poder e de contrapoder, de ações políticas, de imposições, de dominações, de resistências, de afetos, de desejos” (p. 45).

Mészáros (2011) atenta para o fato de que, diante da crise estrutural do capital enquanto tal, é possível perceber claramente que os problemas são fatalmente agravados no atual estágio de desenvolvimento, fazendo com que o capital não tenha condições de se preocupar com o aumento do índice de consumo, mas com sua reprodução ampliada, assegurada por várias modalidades de destruição, dentre as quais estão inseridos o desemprego crônico e a destruição ecológica.

Com relação ao desemprego, este assumiu o caráter crônico por não se restringir apenas, de acordo com Mészáros, a difícil situação de trabalhadores não qualificados, mas

por atingir também um grande número de trabalhadores altamente qualificados que passam a disputar conjuntamente pelos poucos e raros empregos disponíveis (2011).

Ampliando a compreensão em torno do processo de urbanização/territorialização das cidades, Lefebvre, a partir da obra de Engels (A situação da classe trabalhadora na Inglaterra), discute as profundas mudanças provocadas pela industrialização e o rápido crescimento das cidades. Para ele, a partir da indústria a cidade passou a assumir uma tendência centralizadora em relação ao campo, de modo que impulsionou o desenvolvimento do comércio na mesma proporção em que intensificou as consequências da destruição das condições de vida de proletariado.

Lefebvre pontua em relação a discussão intitulada “As grandes cidades”, de Engels, que o mesmo descobre a realidade urbana em todo o seu horror. Chama a atenção para o fato de que esse horror não se refere apenas a uma desordem ou a uma doença social, como é visto em muitos textos literários, trata-se de um conjunto de contrastes onde a burguesia detém os meios de produção e determina o seu uso produtivo, onde a riqueza e a pobreza, justapostas nesse cenário, recebem, ainda, o que ele atribui de “colorido intenso e patético”. Nessas circunstâncias, os homens da cidade tiveram que sacrificar sua qualidade de vida em prol dos milagres da civilização, constituindo o conjunto a que Engels denominava “multidão solitária” e alienada.

Na concepção dos autores em questão, as cidades se constituem como um cenário de guerra social onde todos lutam contra todos e onde os mais fortes, os capitalistas, apropriam-se de tudo enquanto os que não têm capital nem dinheiro roubam ou morrem de fome sob os olhares atentos da polícia para que não “incomodem” a burguesia. Assim, o espaço urbano, com seus contrastes, “liberdades” e fatalidades, se constitui como cenário repressivo inicialmente instituído nas grandes cidades da Inglaterra.

Nesse resgate histórico de constituição do urbano a partir da atividade industrial, Lefebvre cita o caso particular de Manchester como sendo, para Engels, o berço da indústria algodoeira do império britânico por impulsionar a proliferação da cidade em zonas cada vez mais industriais, gerando um verdadeiro caos urbano sob a ordem capitalista a que Engels atribui o conceito de “urbanismo”. Este, à época industrial, representava o amontoado desordenado de casas empilhadas umas sobre as outras que, sem o mínimo de espaço entre elas, resultava na poluição do ar e das águas. Porém, ainda que desordenadamente e sem espaço mínimo, o valor fundiário elevou em paralelo ao desenvolvimento industrial, fazendo com que o trabalhador liberado da servidão fosse obrigado a pagar caro pelo aluguel de um pequeno espaço. Engels denomina esse conjunto de habitações desordenadas como “pátios” que escoam dejetos e funcionam como depósitos de lixo porque as regulamentações das ruas a eles não se aplicam. Assim,

Os trabalhadores mais bem pagos se deixam explorar alugando por um preço elevado as casas da melhor fileira. Além disso, os empreendedores ou proprietários fazem pouca ou quase nenhuma manutenção. Eles não querem reduzir seus lucros. Em razão da instabilidade da mão-de-obra (crises), ruas inteiras ficam algumas vezes desertas. A avareza preside a construção. As habitações ficam desocupadas. Os locatários mudam frequentemente; essas casas operárias não podem durar mais de quarenta anos. Elas são previstas para essa duração. Durante os últimos anos, atingiram o estágio de “inabitabilidade” (p. 99). O que corresponde a um desperdício insensato dos capitais investidos: à destruição dos bens e dos homens! (LEFEBVRE, 2002, p. 21).

O autor chama ainda atenção para o fato das condições de alimentação e vestuário assumirem a mesma característica das condições de habitação. Nas grandes cidades a melhor qualidade das coisas custa muito caro, o que agrava a situação da classe operária cuja instabilidade assume diferentes formas de existência ou de vida uma vida suportável que pode passar do conforto relativo à completa indigência².

Vale acrescentar que a partir de Lefebvre que essas péssimas condições de sobrevivência da classe operária ainda gera concorrência em tempos de crise do capitalismo, que forma uma grande reserva de trabalhadores desempregados (o “exército industrial de reserva” já citado anteriormente) que se entrega à sorte de atividades informais (pequenas ocupações, vendas ambulantes) e às práticas de roubo e/ou mendicância. E é assim que a cidade industrial se constrói enquanto “fonte de imoralidade e escola de crime” a que os moralistas incriminam sem reconhecer o verdadeiro problema, qual seja a política (p.24-25). Nesse sentido, Lefebvre pontua que

A luta de classes, no quadro urbano, não se separa, para Engels, da violência generalizada, da guerra de todos contra todos. Essa guerra, acrescenta ele, não deve surpreender, pois que é apenas a aplicação do princípio da concorrência (2002, p. 25).

Lefebvre discute também a partir dos escritos de Marx que essa concorrência da propriedade fundiária perdeu seu caráter individual com o crescimento da indústria na Inglaterra na medida em que passou a ganhar “poder histórico mundial”, como denomina Marx, ao evidenciar o contexto urbano e, ao mesmo tempo, aprofundar a alienação da classe operária. Para Lefebvre,

Na indústria e na *vida citadina* (p. 74) que se constituem em face da propriedade rural, não em dela trazer, por longo tempo, traços e estigmas. É então no seio da sociedade, na e pela vida citadina, em face da natureza, da vida camponesa, do campo já modelado pelo trabalho agrícola, que se engaja e se desenvolve um conflito de imensas consequências. A propriedade não atinge sua essência abstrata (isto é, privada), inseparável do trabalho abstrato (isto é, social), a não ser correndo a propriedade imediata, primitiva, a propriedade da terra, até que ela desapareça. A riqueza imobiliária (em dinheiro, capital) suplanta assim a riqueza natural em terra, em produtos da terra (p. 35-36).

² Idem, *ibidem*, p. 22

O autor explica a propriedade fundiária como sendo a comunidade camponesa dominada pela hierarquia dos senhores feudais e a comunidade dos artesãos que tinha como um poder hierárquico corporativo para lutar contra a nobreza e proteger o crescimento dos pequenos capitais comerciais. Contudo, essa estrutura em que predominava a propriedade fundiária e a corporativa se transformou com o crescimento das cidades comerciais, que impulsionou a divisão entre comércio e indústria de um lado e a nobreza agrária e oligarquias urbanas de outro. Assim, a cidade na concepção lefebvrea constituiu algo superior a ela mesma, englobando três planos: econômico, social e político. O primeiro era caracterizado pela indústria, o segundo contemplava a propriedade imobiliária e o terceiro representava o Estado.

Para Lefebvre, a cidade nos escritos de Marx representa o Sujeito da História, visto que concentra não só a população, mas também os instrumentos de produção, o capital, as necessidades, os prazeres e o tudo o que constitui uma sociedade (p. 49). Além disso, é a cidade que impulsiona a divisão do trabalho material e intelectual sobre o território, onde o indivíduo subordinado a ela, de acordo com o autor, se vê obrigado a suportar uma determinada atividade ou situação a ele imposta.

Nessas circunstâncias, a cidade traz também a divisão da população em classes, produzindo tanto a burguesia como o proletariado, de modo que somente os resultados da produção contemplam essas duas classes, estando suas atividades em condições opostas e, portanto, gerando conflitos e desigualdades, conforme ressalta Lefebvre no trecho abaixo:

A divisão do trabalho, em ligação com as formas de propriedade, não cria somente a unidade social, mas, nessa sociedade, rivalidades, conflitos. Ao fato já conhecido, a saber, que a totalidade como tal escapa àqueles que ocupam um lugar fixado no conjunto e têm somente uma atividade limitada, acrescenta-se, portanto o confronto entre as funções (2002, p. 53).

No que concerne à indústria, Lefebvre pontua que esta instituiu uma *economia separada*, enquanto atividade economicamente predominante no capitalismo que tem peso sobre os indivíduos, os trabalhadores e a sociedade inteira. A grande indústria, conforme caracteriza o autor, provoca uma verdadeira revolução na agricultura e nas relações sociais produtores agrícolas, provocando a redução da população rural, o despovoamento dos campos, a destruição da saúde física dos operários urbanos e o desequilíbrio dos trabalhadores com baixa qualificação.

No que diz respeito ao processo de urbanização no Brasil, Santos (2009) afirma que a história brasileira remete a uma sociedade de lavradores e pastores, de modo que o campo constitui o espaço de formação da raça e da civilização do povo brasileiro. Daí o fato

de o país ser reconhecido como “essencialmente agrícola”, embora a Zona da Mata do Nordeste e o Recôncavo baiano tenham ensaiado um processo de urbanização.

Santos denominava esse processo como sendo um ensaio pelo fato de considera-lo como um pretérito de criação urbana que estava muito mais associado à formação de cidades do que uma urbanização em si, já que as relações entre lugares eram muito fracas num país de vasto território. Contudo, a expansão da agricultura comercial e a exploração mineral contribuíram consideravelmente para o povoamento e ampliação das relações entre o urbano e rural.

As bases econômicas das capitais brasileiras, de acordo com o autor, eram até o fim da Segunda Guerra Mundial fundada na agricultura e na atividade extrativa. Somente a partir da segunda metade do século XIX (momento de destaque da produção do café em São Paulo) é que os polos dinâmicos internos interdependentes de escassa relação passam a compor um polo dinâmico de vasta área de abrangência de muitos estados. Isso graças às profundas mudanças do ponto de vista material (sistemas de engenharia que implantaram as estradas de ferro, melhoraram os portos criaram os meios de comunicação) e social (instalação de influxos de comércio e de formas capitalistas de produção operadas pela divisão do trabalho).

É com base nessa nova dinâmica que o processo de industrialização brasileira se desenvolve. Para Santos,

A partir dos anos 1940-1950, é essa lógica da industrialização que prevalece: o termo de *industrialização* não pode ser tomado, aqui, em sentido estrito, isto é, como criação de atividades industriais nos lugares, mas em sua mais ampla significação, como processo social complexo, que tanto inclui a formação de um mercado nacional, quanto os esforços de equipamento do território para torna-lo integrado, como a expansão do consumo em formas diversas, o que impulsiona a vida de relações (leia-se terceirização) e ativa o próprio processo de urbanização (2009, p. 30).

Esse movimento de urbanização, que se intensifica a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, impulsiona o crescimento demográfico enquanto resultado da redução da taxa de mortalidade e elevação da natalidade decorrentes dos progressos sanitários e da melhoria relativa nos padrões de vida da população. Nesse mesmo contexto, a população agrícola também aumentou de forma considerável em relação à população rural entre os anos de 1960 e 1980, com exceção da região Sudeste, mais especificamente em São Paulo, a qual passa a ser a área polar do Brasil enquanto metrópole com maior divisão territorial do trabalho, sobretudo a partir de 1940, período em que ocorre a consagração de uma redistribuição das classes médias no território responsável pelo “acolhimento” dos pobres em cidades maiores.

Para Santos, há no Brasil um fenômeno de metropolização e desmetropolização à medida em que crescem demograficamente as cidades grandes e médias, criando riqueza e pobreza sobre o mesmo território.

Ainda sobre as consequências dessa fase crítica do processo de industrialização, Ivo (2010) reconhece que os conflitos resultantes desse processo, cujo conjunto de atores era formado pela classe operária e a ordem republicana liberal, estruturaram a formulação da questão social no interior das sociedades urbano-industriais e forneceram as bases para a compreensão da problemática entre o campo e a cidade.

Os centros industriais latino-americanos, de acordo com a autora, ao concentrar o grande número de trabalhadores em moradias urbanas precarizadas ou subúrbios populares, passou a demandar a criação de programas estatais de urbanização popular sem oferecer as mínimas condições de produção e reprodução dos trabalhadores no espaço urbano frente à “desindustrialização, ao empobrecimento das classes médias e trabalhadoras, ao desemprego e à precarização e vulnerabilidade dos postos de trabalho” (p. 18).

A autora reforça que esse cenário de desregulação do Estado social afetou consideravelmente o padrão de oferta de bens e serviços urbanos nas sociedades dos países latino-americanos, sobretudo no que se refere às condições de moradia da classe trabalhadora. Assim,

No âmbito da moradia, observam-se ilhas de prosperidade num entorno populacional pobre e adensado, ao qual o poder público tem respondido com políticas de remoção da população para áreas de fronteira urbana, sem infraestrutura adequada. Essas políticas, ao longo do tempo, mostraram-se insuficientes, uma vez que esses bairros, deixados ao abandono, tenderam a degradar-se, sem conseguir sustar o processo de expansão de ocupações precárias. Ou seja, a opção pública pelo caminho da segregação e periferização social colabora para o aprofundamento de diferenças sociais sobre o solo urbano, dificultando a mobilidade desses trabalhadores entre casa e trabalho e o compartilhamento de códigos comuns de convívio, integração e sociabilidade das classes populares nas grandes cidades (2010, p. 19).

Ivo pontua, ainda, que na década de 1970, a sociedade concebia a pobreza como algo persistente, independente do crescimento econômico. A exclusão, nesse contexto, designava os chamados *inadaptados sociais*, caracterizados pelo grupo de indivíduos que cuja sociabilidade era comprometida ou restrita, a exemplo “dos deficientes físicos, pessoas inválidas, doentes mentais, crianças abandonadas, menores delinquentes, suicidas, alcoólatras”, juntando-se a estes também os vagabundos, antigos delinquentes e as prostitutas que não conseguiam encontrar trabalho”(2010, p. 22). Trata-se, de acordo com a referida autora, de uma percepção moral da pobreza, que foi herdada da concepção de

higienização social do século XIX cujo caráter liberal buscava vencer a pobreza sem enfrentar as desigualdades.

Haffner e Silvestre (2016), ao discutir sobre os centros industriais dos países periféricos, pontua que nesses países a industrialização não havia completado seu processo até a década de 1980, de modo que na década seguinte houve um recuo da participação da indústria no PIB e um desequilíbrio financeiro estrutural resultante da crescente submissão à nova ordem global.

De acordo com os autores, a indústria dos países da América Latina participava com 21,7% do produto em 1970. Esse número reduziu consideravelmente para 14,9%, em 2010, e no caso do Brasil essa redução foi de 33,8% nos 1980 para 15,8% em 2010. Isso porque a globalização econômica nesses países provocou diminuição de suas vantagens competitivas em relação aos EUA e alguns países asiáticos, além de pressionar os orçamentos fiscais que impactam negativamente sobre o emprego industrial e as políticas públicas, sobretudo nos países de industrialização tardia.

É nessas circunstâncias que, de acordo com os autores, a lógica da competitividade posiciona as economias nacionais na nova Divisão Internacional do Trabalho – DIT, conforme o que define as Empresas Transnacionais – ETNs, de modo que as mesmas passam a competir pelos investimentos estrangeiros em detrimento da redução dos custos sociais e da mercantilização da previdência social³.

Nos países latino-americanos, os fluxos do Índice de Desenvolvimento Econômico – IDE durante os anos de 1990 para incorporações privadas teve início no México (no período compreendido entre 1990 e 1992), seguindo pela Argentina (entre 1992 e 1993) e, por fim, o Brasil (nos anos de 1996 e 1997). O processo ocorrido no México foi o que mais se assemelhou ao caso brasileiro pela adoção da liberalização econômica na indústria manufatureira, evidenciando um processo de desindustrialização e desnacionalização da produção. Para Haffner e Silvestre,

Efetivamente, o programa de reformas liberais e de privatizações não busca a eficiência do Estado, mas a transferência de ativos e empresas públicas para o controle privado através das ETNs, cujo resultado é a concentração monopolista da riqueza, sobretudo financeira, e o aumento da vulnerabilidade externa (2016, p. 93).

O IDE brasileiro, nessas condições, não tem impulsionado a competitividade da economia. Isso porque sua contribuição tem sido voltada para a elevação dos juros em razão das transferências de rendimento ao capital norte-americano, justificando, assim, o baixo crescimento econômico e a redução da produção industrial do país. Os recursos naturais são adquiridos de forma lucrativa e exportados com pouco ou até nenhum valor

³No caso da China, o incremento da renda anual para os jovens trabalhadores das fábricas da Nike fez com não houvesse a organização de um movimento antiglobalização no país (HAFFNER E SILVESTRE, 2016).

agregado, reduzindo a capacidade produtiva doméstica e aumentando a dependência das importações estrangeiras.

Os autores acrescentam, ainda, que a liberalização comercial e financeira evidenciada no Brasil a partir de 1991 colocou o país na última emergência no quadro financeiro global através da sobrevalorização cambial e do endividamento externo. Essa subordinação em relação à política cambial e de juros resultou na queda de exportações industriais, colocando a economia cada vez mais na dependência dos mercados internacionais.

Haffner e Silvestre explicam que o abandono da política industrial na América Latina recolocou as finanças no centro da acumulação capitalista, embora no período compreendido entre 2002 e 2007 esses países tenham obtido um crescimento no PIB através dos investimentos produtivos e da apropriação do progresso técnico.

Os autores sinalizam para o fato de se compreender a desindustrialização a partir da superação da crise estrutural do capital que instaurou o capitalismo financeiro na economia mundial. Assim, não é o progresso técnico dos países de industrialização avançada que explica a nova DIT, mas os problemas em relação à acumulação capitalista, os quais estão intrinsecamente ligados ao modo de produção e emprego das economias nacionais a partir da crise estrutural do capital, influenciando diretamente na redistribuição geográfica da indústria mundial.

Haffner e Silvestre explicam que, sob a perspectiva do movimento da globalização produtiva, os problemas da indústria são vistos a partir do deslocamento do capital industrial intensivo em trabalho para regiões com maior disponibilidade de força de trabalho barata e pelo abastecimento do mercado internacional das *commodities* por regiões ricas em recursos naturais. A partir desse processo, os autores explicam que podem ocorrer crises simultâneas e esporádicas da acumulação capitalista na indústria tanto nas regiões centrais como periféricas, mas tais crises não atingem a acumulação financeira nos grandes centros da economia mundial, já que tal condição colocaria em xeque a estabilidade do regime monetário internacional. Assim, a preocupação da ordem econômica mundial não é com a equalização do capital industrial na economia globalizada, mas com a apropriação global da riqueza produzida no mercado financeiro.

É nesse sentido que as transformações estruturais no modo de produção e na divisão social do trabalho refletem diretamente na expansão dos serviços, remetendo à concepção de que a desindustrialização é um fenômeno inerente à globalização econômica e à nova DIT, de modo que não pode ser estudada em separado da forma de distribuição da indústria entre os países no processo de exploração econômica mundial e da predominância dos ramos industriais mais importantes, a exemplo da indústria do petróleo e petroquímica,

a indústria metalomecânica e de biotecnologia, concentradas nos EUA, na Europa e no Japão sob hegemonia norte-americana enquanto núcleo central do capitalismo mundial.

Por fim, a explicação para o declínio do emprego na indústria de transformação se deve à nova DIT, na medida em que as economias avançadas passam a abandonar a produção de bens manufaturados e a importá-los dos países com economias mais atrasadas em troca de serviços. Nesse sentido, ocorre uma migração da indústria de transformação cuja tecnologia demanda trabalho para os países mais pobres, enquanto países avançados se especializam na produção de serviços de capital, conduzindo à DIT ao processo de globalização econômica baseado na integração entre economias periféricas vulneráveis à exploração e o regime de acumulação financeira na nova ordem econômica mundial.

REFERÊNCIAS

ENGELS, F. **A Situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

FERNANDES, J.. Cidades e Metropolização. Mesa Redonda **Cidades e Metropolização** no XX Ciclo de Debates do Serviço Social do Hospital das Clínicas da UNICAMP. Serviço Social & Saúde: Campinas, 2004.

HAFFNER, Jacqueline A.; SILVESTRE, José Maurício. **Globalização Produtiva e Desindustrialização**. In: Rev. Carta Internacional, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, 2016, p. 74-98. Disponível em: <https://doi.org/10.21530/ci.v11n2.2016.595>. Acesso em 18/09/18.

IVO, Anete Brito Leal. **Questão Social e Questão Urbana**: laços imperfeitos Caderno CRH, vol. 23, núm. 58, enero-abril, 2010, pp. 17-37 Universidade Federal da Bahia Salvador, Brasil, 2010.

LEFEBVRE, Henri. **A Cidade do Capital**. Tradução: Maria Helena Rauta Ramos e Marilena Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, 2ª edição.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

NAKANO, K. **Tendências da Urbanização Brasileira**: o desafio de reterritorializar nossas cidades. N 3, v. 3. Serviço Social & Saúde: Campinas, 2004.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.